



***MINERAÇÃO E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA
O MUNICÍPIO DE PARAUPEBAS NO PARÁ***

JOSÉ RAIMUNDO TRINDADE

DOUTOR EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

DIFERENTES DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO

- a) **Econômica**, sendo a viabilidade econômica a condição para que se dê as demais dimensões. Porém, isoladamente não implica desenvolvimento.
- b) **Social**, compreende a integração das populações ao processo de crescimento econômico.
- c) **Ambiental**, compreende a sustentação das condições de vida e a não depredação dos recursos naturais.
- d) **Territorial**, relacionado à distribuição eficiente (econômica e ambientalmente) dos recursos, das populações e das atividades produtivas.
- e) **Política** compreende a governança democrática. Implica em liberdade de atuação e domínio tecnológico e educacional.



PROBLEMATIZAÇÃO

Analisar o caso de Parauapebas, sem descurar do seu entorno, centrado nas condições de desenvolvimento econômico do espaço territorial e as contradições sociais estabelecidas pelo atual ciclo mineral.

Questão de fundo: o que fazer e como atuar de forma a aproveitar ao máximo o atual ciclo mineral com vistas ao estabelecimento de um projeto e agenda de desenvolvimento local?

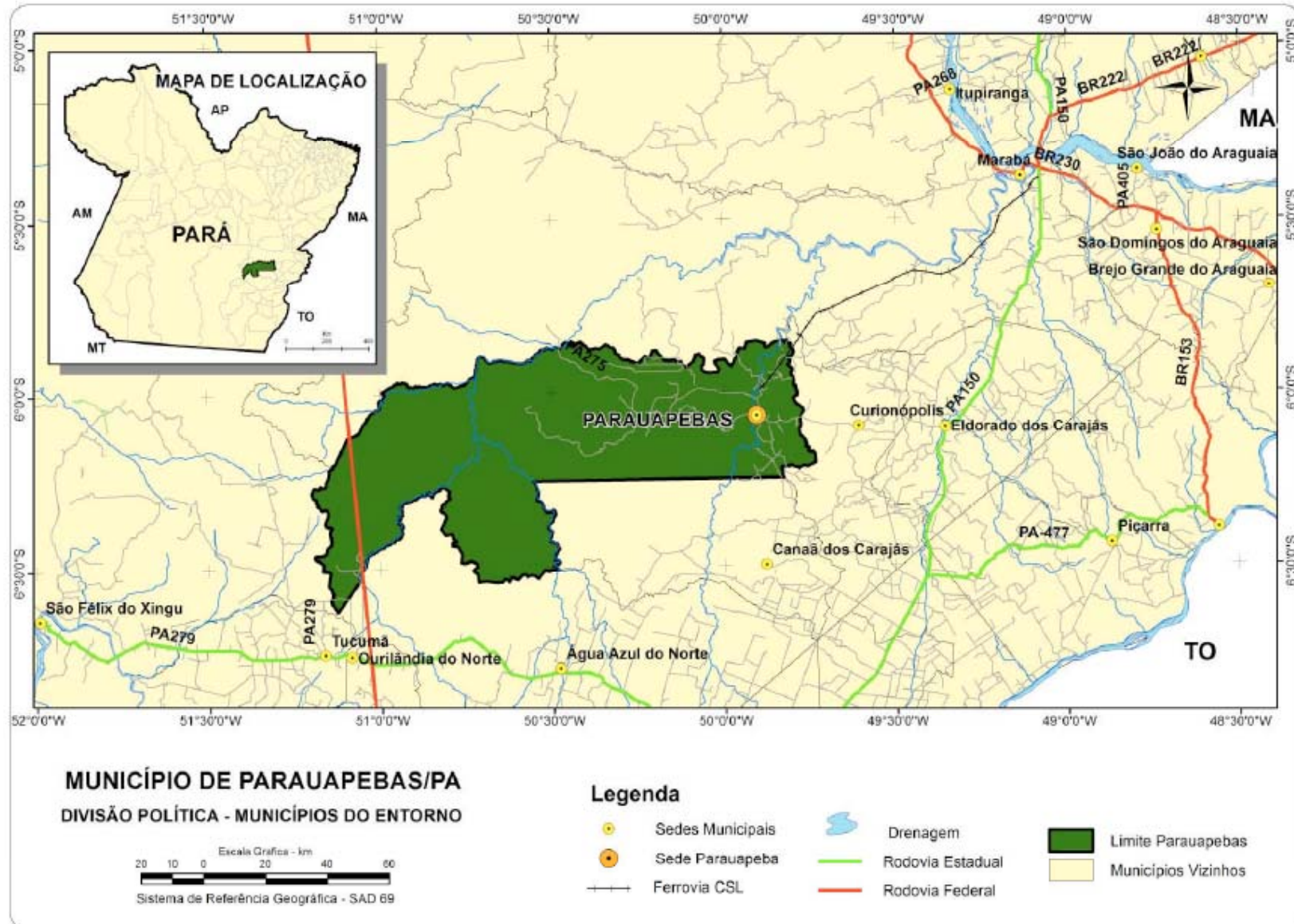


OBJETIVOS

- Lançar luz sobre as contradições do acelerado processo de crescimento econômico e demográfico decorrente do ciclo de acumulação mineral.
- Estabelecimento de uma agenda de desenvolvimento, considerando, principalmente, as instituições necessárias à superação do "extrativismo não criativo", sendo que o tempo passa rapidamente para construção e viabilização de projeto de desenvolvimento local.



SEMINÁRIO RECURSOS MINERAIS & SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL



CONTEÚDO

- ✓ Introdução
- ✓ Expansão demográfica e a acelerada urbanização de Parauapebas
- ✓ Empregabilidade e os impactos da mineração sobre o mercado de trabalho local
- ✓ O ciclo extrativista mineral e suas limitações
- ✓ Renda local e o produto interno bruto
- ✓ Políticas de desenvolvimento local



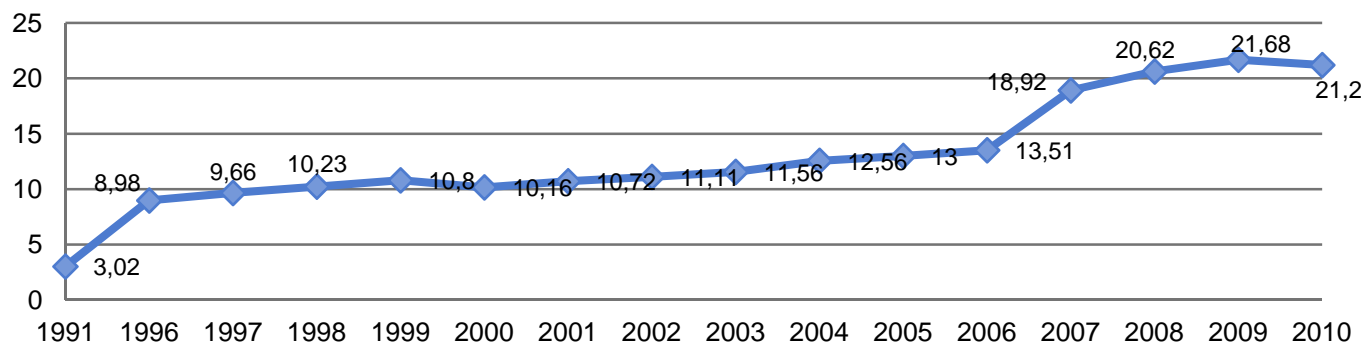
1. EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA E EXPANSÃO URBANA

Evolução População Urbana e Rural em Parauapebas

Anos	Urbana	Rural	Total	Urbanização (%)
1991	27.443	25.892	53.335	51,45
1996	38.842	24.721	63.563	61,11
2000	59.239	12.352	71.591	82,75
2007	118.847	14.451	133.298	89,16
2010	138.690	15.218	153.908	90,11

Fonte: IBGE, Censo Demográfico e PNAD.

Evolução da Densidade Demográfica de Parauapebas

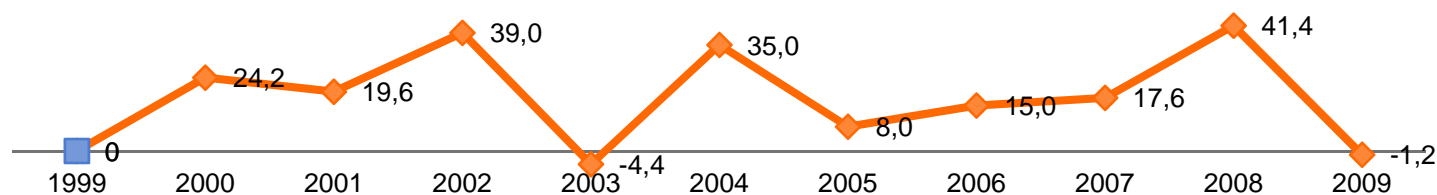


Fonte: IBGE



2. EMPREGABILIDADE E ESTRUTURA SOCIAL LOCAL

Parauapebas - Evolução percentual do Estoque de Emprego Total (1999/2009)



Fonte: MTE/RAIS

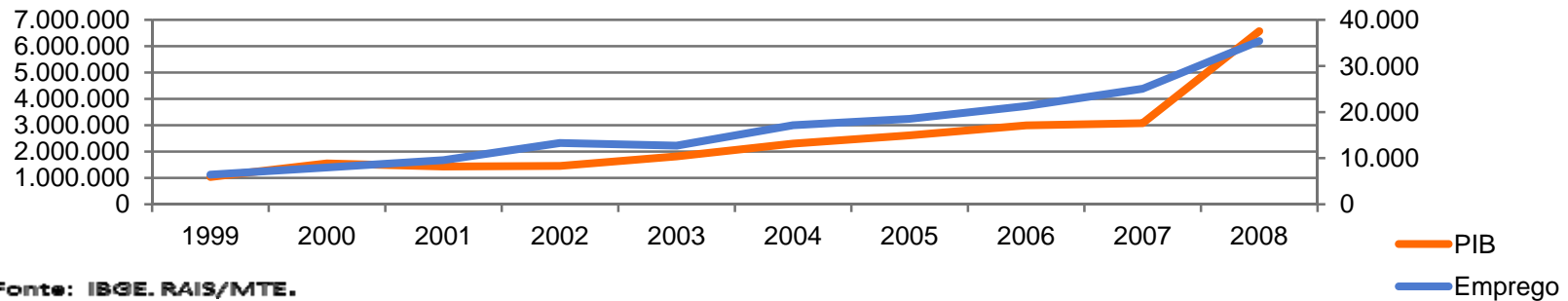
Parauapebas - Emprego, Remuneração Média Mensal e Massa Salarial (2008/2009)

Setor de Atividade	Empregos		%		Remuneração Média (R\$)		%		Massa Salarial (R\$)		%	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Extrativa Mineral	6.069	6.921	17,1	19,8	3197,76	3170,01	241,2	226,9	19.407.205,44	21.939.639,21	41,3	44,9
Indústria de Transformação	1.558	1.694	4,4	4,8	1111,35	1100,24	83,8	78,7	1.731.483,30	1.863.806,56	3,7	3,8
Serviços Indust de Utilidade Pública	427	616	1,2	1,8	834,85	989,5	63,0	70,8	356.480,95	609.532,00	0,8	1,2
Construção Civil	8.890	8.041	25,1	23,0	1520,73	1589,11	114,7	113,7	13.519.289,70	12.778.033,51	28,8	26,1
Comércio	4.904	5.486	13,8	15,7	952,32	1042,28	71,8	74,6	4.670.177,28	5.717.948,08	9,9	11,7
Serviços	6.351	6.299	17,9	18,0	1061,96	1198,88	80,1	85,8	6.744.507,96	7.551.745,12	14,4	15,4
Administração Pública	7.008	5.689	19,8	16,3	1264,83	1439,13	95,4	103,0	8.863.928,64	8.187.210,57	18,9	16,7
Agropecuária	225	248	0,6	0,7	660,5	648,32	49,8	46,4	148.612,50	160.783,36	0,3	0,3
TOTAL	35.432	34.994	100,0	100,0	1325,538	1397,18375	100,0	100,0	46.966.444,70	48.893.048,15	100,0	100,0

Fonte: RAIS/MTE.

3. CICLO ECONÔMICO E LIMITES DA ECONOMIA EXTRATIVISTA MINERAL

Parauapebas - Evolução PIB e Emprego (1999/2008)



PIB Per Capita a Preço de Mercado (Belém, Parauapebas, Pará) (Em R\$)

Unidade/Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Belém	4.385	4.997	5.298	5.815	6.496	7.464	8.022	8.765	9.826	10.755
Parauapebas	13.001	21.018	18.547	18.026	21.550	25.997	28.551	31.481	23.068	45.225
Pará	2.690	3.037	3.482	3.918	4.448	5.192	5.612	6.240	7.007	7.993

Fonte: Idesp. IBGE.

4. PODER MUNICIPAL E FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Parauapebas: Principais Fontes de Receitas e Relação com a Receita Total (Em mil R\$ e %)												
Ano	Receita Total	Tx Crescimento	CEFEM	Tx Participação	FPM	Tx Participação	ISS	Tx Participação	CPICMS	Tx Participação	FUNDEF-FUND	Tx Participação
2005	190.304		41.805	22	11.484	6	36.419	19	70.361	37	12.839	7
2006	223.831	18	49.604	22	12.704	6	47.579	21	78.709	35	15.226	7
2007	279.114	25	55.143	20	15.850	6	76.216	27	84.127	30	28.599	10
2008	373.351	34	106.498	29	23.582	6	62.195	17	94.231	25	35.291	9
2009	376.536	1	107.734	29	44.827	12	54.573	14	109.532	29	43.587	12
2010	477.787	27	131.142	27	47.690	10	61.913	13	149.753	31	49.177	10
	Média	21		25		8		19		30		10

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN/SISTN): www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/sistn.asp.



CARACTERIZAÇÃO DA CFEM

- ✓ A CFEM, estabelecida pela Constituição de 1988, em seu Art. 20, § 1º, é devida aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, e aos órgãos da administração da União, como contraprestação pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios.
- ✓ As alíquotas aplicadas sobre o faturamento líquido para obtenção do valor da CFEM, variam de acordo com a substância mineral. Alíquota de 2% para ferro, fertilizante, carvão e demais substâncias.
- ✓ Como é distribuída a arrecadação da CFEM ? 12% para a União (DNPM e IBAMA); 23% para o Estado onde for extraída a substância mineral; 65% para o município produtor.
- ✓ Município produtor, é aquele no qual ocorre a extração da substância mineral, caso abranja mais de um município, deverá observar a proporcionalidade da produção efetivamente ocorrida em cada um deles.
- ✓ Os recursos originados da CFEM, não poderão ser aplicados em pagamento de dívida ou no quadro permanente de pessoal da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios.
- ✓ As respectivas receitas deverão ser aplicadas em projetos, que direta ou indiretamente revertam em prol da comunidade local, na forma de melhoria da infraestrutura, da qualidade ambiental, da saúde e educação.



5. DESENVOLVIMENTO LOCAL E AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- Formação de Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Corredor Minerador de Carajás.
- Criação de Agência de Desenvolvimento Municipal (ADM) ou do Consórcio (ADC).
- Fundo de Desenvolvimento Local (% da CFEM), vinculado a ADM ou ADC.
- Banco de Projetos vinculado a ADM ou ADC.
- Observatório do Emprego e do Desenvolvimento de Parauapebas ou do Consórcio.
- Fórum de Desenvolvimento Municipal ou do Consórcio.



Desenvolvimento Endógeno/Sustentado

Crescimento econômico condicionado aos seguintes fatores:

- ✓ **Acesso ao mercado de consumo.**
- ✓ **Baixa concentração de renda.**
- ✓ **Mercado de trabalho menos segmentado.**
- ✓ **Elevado grau de formalização.**
- ✓ **Elevado grau de instrução formal e acesso tecnológico.**



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL: IDL'S

- **Visão integradora, articulando no território os diversos planos: econômico, social, ambiental, cultural e institucional.**
- **Gestão flexível que trata de corrigir, ao mesmo tempo:**
 - ✓ **As imperfeições dos mercados que restringem o potencial de desenvolvimento e a possibilidade de inovações das micro, pequenas e médias empresas (MPME).**
 - ✓ **Os efeitos indesejáveis das intervenções públicas centralizadas.**
 - ✓ **A submissão aos ciclos eleitorais.**



DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO/SUSTENTADO

- ✓ **Converge o entendimento do crescimento econômico com um padrão de desenvolvimento incluyente.**
- ✓ **Concebe a trajetória das políticas públicas e seu possível alcance sobre o sistema regional e local de produção.**
- ✓ **Assim como os impactos das modificações econômicas sobre o modo e qualidade de vida das populações.**



ESFORÇO NECESSÁRIO:

- 1. Introduzir inovações tecnológicas, gerenciais e organizacionais.**
- 2. Construir e estimular institucionalidade política e administrativa em apoio ao desenvolvimento.**
- 3. Definir e atuar sobre as condições de financiamento e disponibilidade de crédito.**
- 4. Priorizar setores mais integrados e de maior potencialização dos recursos.**





MUITO OBRIGADO!

José Raimundo Trindade

E-mail: jrtrindade@uol.com.br

Blog: [Proposta Democrática.blogspot.com](http://Proposta%20Democr%C3%A1tica.blogspot.com)